

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Despacho (extracto) n.º 10 699/2006 (2.ª série). — Por despacho do director regional de Agricultura da Beira Interior de 3 de Abril de 2006:

Maria Amélia Dias Costa Cruz, técnica superior principal da carreira de médico veterinário do quadro próprio desta Direcção Regional — provida no lugar de assessor principal da mesma carreira e quadro, com efeitos a 2 de Abril de 2002, nos termos dos n.ºs 2, 5 e 6 do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

12 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *José António Marques dos Santos*.

Despacho (extracto) n.º 10 700/2006 (2.ª série). — Por despacho do director regional de Agricultura da Beira Interior de 3 de Abril de 2006:

Maria João de Aguiar de Carvalho Águas, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro próprio desta Direcção Regional — provida no lugar de técnico superior principal da mesma carreira e quadro, com efeitos a 21 de Maio de 2004, nos termos dos n.ºs 2, 5 e 6 do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

12 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *José António Marques dos Santos*.

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Despacho n.º 10 701/2006 (2.ª série). — Por deliberação de 3 de Abril de 2006 do presidente do conselho de administração do IFADAP/INGA foi deferido o pedido de cessação da requisição do funcionário Raul António Ribeiro Luís, retomando funções na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2006. — Pelo Director Regional, o Subdirector Regional, *António M. S. R. Graça*.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Rectificação n.º 752/2006. — O aviso n.º 4500/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 11 de Abril de 2006, a p. 5419, por ter saído com inexactidão, o n.º 3.2 passa a ter a seguinte redacção:

«3.2 — Requisitos especiais — reunir as condições referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.»

19 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 10 702/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Abril de 2006:

Licenciado Rui Manuel Palmeiro Trindade, técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral — reclassificado em comissão de serviço extraordinária, por um período de seis meses, na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, do mesmo quadro, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, conjugado com os artigos 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

O citado funcionário fica posicionado no escalão 1, índice 470, correspondente à sua categoria de origem, nos termos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

20 de Abril de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 5809/2006 (2.ª série). — Por meu despacho, Maria Luísa Viana Batalha Pereira Venturino Piller, assessora do quadro especial transitório criado na Secretaria-Geral do ex-MEPAT, é nomeada definitivamente, precedendo concurso, com efeitos a 13 de Abril de 2006, no lugar de assessor principal da carreira de consultor jurídico do quadro especial transitório criado na Secretaria-Geral do ex-MEPAT. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *Filipe Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 703/2006 (2.ª série). — Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2006, de 26 de Abril, foi determinada a elaboração do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI).

Considerando que a natureza intersectorial e interdisciplinar da problemática da exclusão social aconselha que a elaboração do Plano seja acompanhada ao nível das diversas áreas governativas, resolveu-se manter em funcionamento a comissão de acompanhamento do PNAI e determinar como seus objectivos o acompanhamento da execução do Plano e o desenvolvimento de todas as diligências e procedimentos necessários ao acompanhamento do processo europeu de inclusão social, de acordo com as orientações emanadas das instâncias europeias, nomeadamente no que se refere à preparação, elaboração e monitorização do PNAI;

Considerando que a elaboração deste Plano deverá ser realizada até Setembro de 2006, envolvendo de forma intensa os diferentes ministérios, os diversos serviços do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e articulando-se, activamente, com outros parceiros sociais através do Fórum Social para a Inclusão;

Considerando que a coordenação do PNAI é da responsabilidade do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social:

Determino:

1 — É nomeada coordenadora do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI) a Prof.ª Doutora Fernanda Perpétua Rodrigues.

2 — A presente nomeação produz efeitos à data da sua assinatura.

26 de Abril de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese biográfica)

Fernanda Perpétua Rodrigues, nascida a 4 de Março de 1945, é licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto e em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e doutorada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Desde 1970 que exerce a sua actividade profissional na segurança social, sendo actualmente assessora do Instituto da Segurança Social, I. P. É ainda perita convidada da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte para a área da inclusão social nos trabalhos preparatórios do próximo quadro de referência estratégica nacional (QREN); consultora para a avaliação do programa Rede Social; consultora da Comissão Europeia como membro da equipa portuguesa de avaliação do Programa Pobreza II e do Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos (Pobreza III); presidente da agência europeia Combined European Bureau for Social Development; docente na licenciatura em Serviço Social e coordenadora do curso de mestrado e doutoramento em Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa; autora de um vastíssimo número de publicações científicas na área das ciências sociais.